

CAMPESINATO DE FRONTEIRA, PAGAMENTOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS: ANÁLISE DA EXPRESSÃO DIFERENCIADA DA LÓGICA DE MERCADO EM ANAPU, PARÁ

Sammy Silva Sales

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

Roberto Porro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental | Belém - PA - Brasil

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

submissão: 06/03/2018 | aprovação: 06/06/2018

RESUMO

Analisando quatro estudos de caso no município de Anapu, no Pará, este artigo contrasta duas abordagens para a provisão de serviços ambientais: através do pagamento em efetivo para conservação, ou pagamento por serviços ambientais (PSA), e do apoio a sistemas sustentáveis agrícolas e florestais. As abordagens são avaliadas à luz da teoria do campesinato de fronteira, destacando-se como conclusão que a abordagem de “PSA de conservação” não se mostra adequada para replicação nesse contexto, enquanto as demais abordagens são mais adequadas no propósito de aliar conservação ambiental e produção sustentável, desde que o acesso aos recursos financeiros e de capital humano se consolide com perspectivas de longo prazo.

Palavras-chave: campesinato; Transamazônica; pagamento por serviços ambientais.

FRONTIER PEASANTRY, PAYMENTS AND ENVIRONMENTAL SERVICES: ANALYSIS OF THE DIFFERENTIATED EXPRESSION OF THE MARKET LOGIC IN ANAPU, PARÁ

ABSTRACT

Analyzing four case studies in the city of Anapu, Pará, this article contrasts two approaches to environmental services provision: through cash payments for conservation (PES) and support to sustainable agricultural and forestry systems. The approaches are evaluated in the light of the frontier peasantry theory, highlighting as a conclusion that the “PES for conservation” approach does not prove adequate for replication in this context, while the other approaches are more suitable in order to combine environmental conservation and sustainability, provided that access to financial and human capital resources is consolidated with long-term prospects.

Keywords: peasantry; Transamazon; payment for environmental services.

CAMPESINADO DE FRONTERA, PAGOS Y SERVICIOS AMBIENTALES: ANÁLISIS DE LA EXPRESIÓN DIFERENCIADA DE LA LÓGICA DE MERCADO EN ANAPU, PARÁ

RESUMEN

A partir del análisis de cuatro estudios de caso del municipio de Anapu, estado de Pará, este artículo contrasta dos enfoques para la provisión de servicios ambientales: a través del pago en efectivo para la conservación (PSA) y del apoyo a sistemas agrícolas y forestales sostenibles. Los enfoques son válidos a la luz de la teoría del campesinado de frontera. Se destaca como conclusión que el enfoque “PSA de conservación” no es adecuado para ser replicado en este contexto, mientras que los demás enfoques son más adecuados para el propósito de unir conservación ambiental y producción sostenible, siempre y cuando el acceso a los recursos financieros y de capital humano se consolide con perspectiva de largo plazo.

Palabras clave: campesinado, Transamazónica, pago por servicios ambientales.

1. INTRODUÇÃO

Como parte de estratégias fundadas na lógica de mercado globalizado para cumprir as metas de contenção ao desmatamento associado às mudanças climáticas, a modalidade de pagamento por serviços ambientais teve seu início em 2002 (Ferraro & Kiss 2002). Desde então, diferentes abordagens têm sido adotadas, especialmente para a aplicação em contextos sob cobertura florestal. Os serviços ambientais (SA) geralmente referidos são fertilidade do solo, regularidade pluvial, controle integrado de pragas, polinização, estabilidade do clima, entre outros (Swift et al. 2004). As abordagens variam de pagamento efetivo por esses serviços, em mercados criados especificamente para eles (Wunder 2005; Wunder et al. 2009), até pagamentos por serviços ambientais embutidos nos preços de produtos oriundos de experiências integrantes de aspectos econômicos, socioculturais e ecológicos (Bennett & Gosnell 2015). As abordagens incluem indicadores de valoração subjetivos, como percepções de bem-estar (Iniasta-Arandia et al. 2014), e apresentam-se como alternativa de combate à pobreza (Grieg-Gran et al. 2005) e de conservação da biodiversidade e segurança alimentar (Brussaard et al. 2010; Chappell & LaValle 2011).

Neste artigo, apresentamos reflexões quanto a duas abordagens que incentivam aqueles que manejam ecossistemas locais a regularem e a valorizarem a provisão de serviços ambientais (SA): (1) a criação de um mercado para SA e o pagamento em efetivo pela provisão dos mesmos, ou pagamento por serviços ambientais (PSA);

e (2) o apoio a sistemas de produção baseados principalmente no manejo de recursos renováveis locais e na integração da produção agrícola e florestal, resultando na provisão de SA como componente, e não como produto/mercadoria do sistema, com pagamento embutido nos preços dos produtos.

A primeira abordagem, focalizada na criação de um mercado para SA, conta com amplo apoio de Estados, agências multilaterais de desenvolvimento, corporações transnacionais e organizações não governamentais. A essência desta abordagem é pagar em efetivo, para que produtores individuais ou organizados em grupo mantenham ou melhorem as várias formas de SA prestados pelos ecossistemas por eles manejados, gerando o PSA. Tal abordagem pode implicar a situação em que esses usuários dos recursos deixem de desenvolver atividades produtivas em florestas e meios hídricos dentro de seus territórios, de acordo com suas práticas tradicionais.

Desde o início dos anos 2000, inúmeros programas de PSA passaram a ser implantados, especialmente nos chamados países em desenvolvimento (por exemplo, como discutem Bond et al. 2009). A maior iniciativa de PSA é o Programa Colaborativo das Nações Unidas sobre Redução de Emissões Derivadas do Desmatamento e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento (REDD). Trata-se de uma ação de âmbito global que visa proteger, via lógica de mercado globalizado, áreas florestadas, para garantir o sequestro de carbono, a biodiversidade e a integridade dos ciclos de água e de nutrientes.

A segunda abordagem, que trata da provisão de SA em uma perspectiva agroecológica, é expressa

em iniciativas como a implantação de sistemas agroflorestais, o manejo florestal sustentável ou o comércio justo para produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Esta abordagem parte do pressuposto de que produção e conservação não podem ser separadas no tempo e no espaço, devendo ser planejadas no mesmo contexto, incorporando diretamente sistemas de produção local (Chappell & LaValle 2011).

Sistemas de produção agrícola que integram e mantêm SA já são historicamente praticados por agricultores familiares em todo o mundo, incluindo desde diferentes tipos de agricultura orgânica, agroecológica, permacultura e abordagens agroflorestais até a adaptação contextual de muitos agricultores familiares que buscam manejar os recursos agrícolas e florestais. Nesses sistemas, os SA passam a constituir a principal fonte de apoio para a produção de alimentos, energia e fibras, atendendo suas necessidades de consumo, de insumos e de fluxo de caixa (Brookfield et al. 2003; Swift et al. 2004). Via de regra, nessa abordagem, o pagamento pelos SA gerados é embutido nos preços dos produtos oriundos desses sistemas de produção.

Neste artigo, discutiremos as diferenças e as similaridades entre as duas abordagens, e argumentaremos a sua pertinência segundo uma leitura revisada à luz da teoria do campesinato de fronteira, através da análise comparativa de quatro estudos de caso, durante pesquisa realizada junto a camponeses no município de Anapu, no estado do Pará. Como maneira de contextualizar a expressão das duas abordagens de pagamento por serviços ambientais, apresentamos, na sequência, de forma sucinta,

o processo de ocupação, de estrutura fundiária e de organização social dos camponeses na área de estudo.

2. ACESSO À TERRA E LUTA SOCIAL DOS CAMPONESES EM ANAPU

O município de Anapu está localizado às margens da rodovia Transamazônica (BR-230), na denominada Transa-Leste, que liga Altamira a Marabá, possuindo expressiva população rural. Em sua constituição territorial atual, predominam assentamentos da reforma agrária, lotes do antigo Projeto Integrado de Colonização (PIC), grandes fazendas e a Terra Indígena (TI) Trincheira-Bacajá. A construção da rodovia Transamazônica e a implementação dos projetos de colonização pelo governo militar foram decisivas para o desenvolvimento dessa nova fronteira (Hébette 2004a). Através da ocupação, criou-se um lugar privilegiado de desenvolvimento da pequena propriedade e, conseqüentemente, de um novo ator social: o campesinato de fronteira (Velho 1974). Interessante debate acadêmico desenvolveu-se sobre a inserção *versus* a aversão desse campesinato ante a expansão do capitalismo nessas fronteiras amazônicas (Martins 1997; Velho 1974, 2013).

A chamada “integração nacional” da Amazônia ao restante do país objetivava a ocupação das terras às margens da rodovia por projetos de colonização e empreendimentos agropecuários. Os lotes de 100 ha do PIC, às margens da rodovia, eram destinados à pequena agricultura. Transversalmente à estrada, no limite de 10 km, foram demarcados lotes de 500 ha e, após esse limite, lotes de 3.000 ha, também chamados de glebas (INCRA 2005) foram destinados a grandes empreendimentos.

Esse modelo de colonização, incentivado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), propunha que, tanto agricultores familiares quanto fazendeiros, investissem na derrubada da floresta, para a produção agropecuária. Porém, a distribuição das terras não se deu de forma equitativa. As glebas foram conduzidas a leilões e arrematadas por empresas de capital nacional e por bancos, com os quais o poder público estabeleceu o chamado Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP) (IPAM 2006; Palmeira 1989; Treccani 2010). Essas empresas, externas à região e ao setor agropecuário, foram os principais beneficiários de incentivos fiscais.

A política econômica implementada não contemplava os tradicionais sistemas de produção do agricultor familiar imigrante, cujos meios de vida são garantidos pela agricultura de corte-e-queima (sobretudo para cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca). Conforme exposto por Hurtienne (2005), em sua descrição do ciclo de fronteira, estes agricultores são

[...] minado[s] paulatinamente pelo capital mercantil explorador, títulos de propriedade inseguros, infraestrutura insuficiente, uma política agrária dirigida aos grandes estabelecimentos e pela queda dos rendimentos devido aos solos pobres em nutrientes depois da derrubada da floresta primária. No final do ciclo da fronteira, a maioria dos colonos é expulsa ou marginalizada pela grande pecuária e pelas plantações de culturas perenes (Hurtienne 2005:38).

As políticas foram ainda mais perversas ao campesinato amazônico, cujo entendimento de

governança não coadunava com formas econômicas limitantes da autonomia no controle sobre os meios de vida, causando profundos impactos sociais e culturais (Hébette 2004a).

As condições da porção leste da rodovia Transamazônica, onde localizam-se Anapu e Pacajá, sempre se apresentaram aquém do evidenciado pela propaganda governamental do projeto de colonização. Ao contrário da Transa-Oeste, que liga Altamira e Rurópolis, caracterizada pela colonização dirigida, na Transa-Leste predominou a “colonização espontânea” de migrantes oriundos fundamentalmente do Nordeste brasileiro (Bringel 2014:392). As famílias migrantes que chegaram a essa região se deparavam com falta de infraestrutura da própria estrada, ausência de escolas, de postos de saúde e de assistência técnica.

Nos anos 70, ocorreu a combinação entre a tensão fundiária, em diferentes pontos do país, e a inauguração dos projetos de colonização como importante vetor de orientação de fluxos migratórios (Hébette 2004a), resultando na ocupação de áreas que ultrapassaram a faixa mais próxima da rodovia, avançando para glebas em CATP. Posteriormente, o projeto de colonização não tardou a ser abandonado pelo governo federal. O estabelecimento de famílias migrantes como posseiros nas terras públicas e a expansão da concentração de terras, combinados à crescente ausência do Estado, fizeram com que os conflitos sociais e agrários não tardassem a surgir (Hébette 2004b; Mendes & Porro 2015). Passam a fazer parte da rotina do município de Anapu relações sociais extremamente violentas e uma forma de gestão do território com base na ilegalidade, na intimidação e na agressão aos menos favorecidos (Folhes et al. 2016:305).

Portanto, a configuração da atual estrutura fundiária do município de Anapu é, em parte, resultado de diversos projetos e políticas implementados em áreas ocupadas pela colonização espontânea na região da Transamazônica, onde prevaleceu a ampliação de latifúndios, a expansão da grilagem de terras públicas e as consequentes violência e disputa por terra e recursos naturais. A região foi alvo de políticas governamentais que priorizaram a atividade agropecuária, em detrimento do incentivo à diversificação e à verticalização de atividades agroflorestais (Hébette 2004b), características do campesinato.

Em reação à essa estrutura desigual, agricultores, organizados no Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) e, posteriormente, no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), contavam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, em mobilizações pela retomada do projeto de colonização, em reivindicações junto a órgãos governamentais e na formação e organização social para garantir os meios de vida através da produção (Souza 2006). Por sua vez, segundo Rocha & Barbosa (2003), a academia também contribuiu, através do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), com parcerias e/ou assessorias de longo termo às organizações locais, aos sindicatos e à federação. Tendo Altamira como centro irradiador de ações conjuntas, essa rede se contrapõe aos desafios postos por indústria madeireira, garimpo, questão

indígena, grandes projetos, entre outros. Os autores destacam a intensidade e a abrangência da chamada ecogrilação, ou seja, a velha grilagem com uma claudicante roupagem ambientalista, e destacam que, por outro lado, em toda a Transamazônica, os agricultores familiares também têm extrema dificuldade em lograr uma ocupação sustentável.

Anapu também é exemplo dessa situação, e na década de 1980, o movimento social de agricultores do município, apoiado pela missionária Dorothy Stang, iniciou ações de mobilização política e de resistência à apropriação indevida e à grilagem de terras na região, acompanhando outros movimentos sociais da Transamazônica, cujos esforços para alcançar o desenvolvimento econômico e sustentável incluíam a integração da agricultura familiar com atividades florestais (Souza 2006).

No contexto da Rio 92¹, a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) tornou-se a representante jurídica do movimento social organizado pelo MDTX, responsável pela captação de recursos e pela implementação de projetos e de programas sociais e ambientais na região da Transamazônica e do Xingu (Souza 2006). Entre eles, projetos apoiados pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) consolidaram-se como iniciativas de transição da agricultura de corte-e-queima para sistemas agroflorestais, formações e apoio ao manejo florestal comunitário (Projeto de Manejo Florestal

1 Conhecida no Brasil como Eco-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento teve o objetivo, em linhas gerais, de promover o debate sobre a catalisação do desenvolvimento, sem a degradação do ambiente. Para uma visão crítica a respeito desta proposta de aprimoramento ao desenvolvimento, ver Escobar (2010) e Sachs (1992).

Comunitário - PROMANEJO) e usos de produtos florestais não madeireiros.

Adotando discursos socioambientais, organizações e movimentos sociais da Transamazônica conquistaram relevantes recursos para seus projetos coletivos, especialmente durante o governo Lula, embora com adaptações em sua agenda comum e afetando agendas familiares. Henchen (2012) analisou essas evidências, situando-as a partir do final da década de 1980, enquanto constituição de um processo de ambientalização de ações públicas, ressaltando o contexto de profundas transformações sociais, não apenas em termos de representação do campesinato, mas também de sua relação com a natureza. Mudanças nas práticas cotidianas em nível familiar e estratégias em nível coletivo tomaram parte de projetos ambientalizados, como as Reservas Extrativistas (RESEX) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Emblemáticas nesse sentido, as organizações sociais de Anapu propuseram a criação das RESEX Bacajá e Belo Monte – com área total correspondente a 135.000 hectares (45 lotes de 3.000 hectares) –, como uma forma de combater a devastação ambiental e social que o município vinha enfrentando desde a retomada do projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte e pelo asfaltamento da Transamazônica, bem como pela possibilidade de desenvolver a agricultura familiar com especial atenção à conservação dos recursos ambientais.

Naquele momento, o contexto era de exploração de madeira ilegal, instalação de

empresas madeireiras no município, expansão da concentração fundiária a partir da grilagem de terras e crescente devastação da cobertura florestal para implantação de projetos agropecuários com recursos da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Como resposta às reivindicações do movimento social de Anapu, em 1998 e 1999, o INCRA realizou o recadastramento das terras, cujos resultados indicaram que a área pleiteada para criação das RESEX era improdutiva. Após a arrecadação de parte dessas terras, foi possível sua conversão em áreas para reforma agrária que, atualmente, correspondem aos Projetos de Assentamento (PA) Grotão da Onça e Pilão Poente II, e aos PDS de Anapu². O PDS é uma modalidade de assentamento ambientalmente diferenciada, criada em 1999 e modificada em 2002³, considerada adequada às expectativas de conservação e de desenvolvimento, almejadas pela missionária Dorothy Stang e pelas organizações sociais de Anapu (Mendes & Porro 2015).

Diante do contexto de disputas e de conflitos por terra, consideramos que a problemática das abordagens e das estratégias adotadas para a conservação de florestas na Transamazônica não se refere isolada ou prioritariamente à questão ambiental ou climática, mas articula-se intrinsecamente a arraigadas relações políticas que regem a vida social na Amazônia, sob uma expressão específica do capitalismo: o capitalismo autoritário (Velho 1974). Tais relações produzem tensões e contradições entre a terra de trabalho e

2 Portaria INCRA/SR-01 (G) n. 39, de 13 de novembro de 2002 (INCRA 2002a).

3 Portarias n. 477/1999 e n. 1.040/2002 do INCRA (INCRA 1999, 2002b).

a terra de negócio, associadas, respectivamente, aos “processos de transformação da ‘frente pioneira’, onde o acesso à terra é obtido pela posse, e a ‘frente de expansão’, caracterizada pela implantação do regime de propriedade privada da terra” (Costa 2004 apud Castro 2005:12). Essas tensões e contradições tornam-se ainda mais fortes quando entra na equação, além da terra de trabalho (mesmo que para manejo florestal comunitário) e da terra de negócio (lotes no mercado informal), a perspectiva da terra tomada como “ambientalizada”.

Portanto, como afirma Henchen (2012:217):

[...] devemos perceber que no interior do processo de ambientalização não se apresentam, de forma clara, indícios que sinalizem na direção de que estaríamos nós às vésperas da sua culminância ou no ponto final, como numa espécie de reta de chegada. Ao contrário, muitas evidências apontam para significativos impasses ou mesmo derrotas parciais, como em períodos de transição estruturalmente semelhantes em outros processos e, portanto, tais períodos de transição são abundantes em tensões não superadas, em processos inconclusos de integração de forças divergentes, de projetos ou objetivos distintos, cuja duração exata não é, de forma alguma, previsível e cuja direção apenas se deixa vislumbrar no horizonte das possibilidades. A direção apontava, até cerca de cinco anos atrás, por volta do final dos anos 2007/8, por um lado, para uma crescente descentralização do monopólio da

ação governamental acerca das tomadas de decisão relativas às formas de apropriação, de gestão e usos dos recursos naturais; por outro lado, para a emergência de atores e agentes sociais que reivindicam a participação nos espaços públicos em que tais decisões são tomadas.

Se, em 2012, o autor evidenciava para essa inflexão dual, hoje, imersos na crise que se abateu nos mais abrangentes e profundos aspectos da vida social brasileira, temos evidências concretas de que o ponto de chegada estava, de fato, mais longe do que esperávamos.

Nesse sentido, o pagamento por serviços ambientais, se entendido meramente como transação comercial de uma nova *commodity* (SA), cuja venda estimularia a contenção ao desmatamento, carregaria uma distorção visceral: àqueles em situação de maior dependência aos pagamentos (já tidos como inseguros) contradiz a autonomia que os define como camponeses. Além disso, os investimentos de tempo e de capitais humano e financeiro, necessários a essa transação, transformam a estratégia em fim. Como veremos a seguir, a contenção ao desmatamento como fim não se sustenta nem na lógica camponesa nem na lógica do capital nas fronteiras ainda indefinidas da Amazônia.

3. PROVISÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E SUA COMPENSAÇÃO EM CONTEXTOS DE CAMPESINATO DE FRONTEIRA

Os quatro contextos específicos analisados neste artigo são identificados espacialmente através da Figura 1, e apresentados a seguir.



Figura 1 - Mapa de localização dos estudos de caso em Anapu, região da Transamazônica, Pará.
Mapa: Roberto Porro (2018).

3.1. PROJETO ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS (PAS): PSA EM EFETIVO

O Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS) é uma proposta de política pública para o desenvolvimento de um modelo produtivo adequado aos assentamentos de reforma agrária da Amazônia, que concilia o uso sustentável dos recursos florestais e a produção agropecuária, através de investimentos para o aumento da

produtividade nas áreas já desmatadas, de forma combinada ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

O projeto está sendo executado a partir de uma estratégia de gestão compartilhada entre unidades familiares dos assentamentos, em lotes de até 100 ha, participando da iniciativa associações de moradores, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), o Instituto de

Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a FVPP e o INCRA.

O PAS está sendo implementado em três assentamentos de reforma agrária, de forma a coincidir com o antigo Polo do Proambiente⁴, na Transamazônica, nos municípios de Pacajá, Senador José Porfírio e Anapu. O estudo de caso aborda o núcleo para a implantação do sistema piloto de PSA entre unidades familiares dos Projetos de Assentamento (PA) Grotão da Onça e Pilão Poente II, em Anapu.

Segundo os próprios promotores e participantes, o Proambiente, ainda que tenha afetado de modo positivo algumas práticas de uso da terra, apresentou falhas no monitoramento e, sendo extremamente dependente da agenda político-partidária, mostrou-se incapaz de garantir a continuidade da provisão dos serviços ambientais (Bartels 2009). Dadas as divergências internas ao então governo federal, o programa não se firmou sequer como política de governo, e o marco legal para a regulamentação do Pagamento de Serviços Ambientais no Brasil, um componente inovador do programa, permaneceu pendente.

No contexto global, os governos de países desenvolvidos cujas economias seriam mais impactadas pelo aquecimento global negociaram em novos termos suas ações de combate ao desmatamento. Tendo o Brasil já reduzido consideravelmente as taxas de desmatamento, ao invés de doações, exigia-se compromissos com estratégias ancoradas na noção de “pagamento por performance”, com objetivos e suporte financeiros bem definidos. No Brasil, criou-se o Fundo Amazônia, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Decreto n. 6.527, de 01 de agosto de 2008), que recebeu recursos da Noruega, da Alemanha e do próprio país, através da Petrobrás.

Em 2011, a FVPP e o IPAM elaboram um projeto REDD+⁵, intitulado Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS), apresentado ao Fundo Amazônia com o objetivo de promover mudanças na base produtiva dos assentamentos de reforma agrária, aumentando a rentabilidade das áreas já abertas e contribuindo para a redução do desmatamento.

Segundo ponderações de representantes de ambas instituições, o atual projeto prevê dar continuidade a transformações no modelo

4 “O Proambiente (Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural) foi elaborado em 2000 por movimentos sociais com a contribuição de ONGs (visando a construção de novos modelos de assistência técnica e de crédito para o desenvolvimento da agricultura familiar, integrado à conservação ambiental na Amazônia brasileira. Uma inovação do programa foi a identificação de instrumentos econômicos para a promoção do desenvolvimento regional que fossem além do crédito rural já existente no Brasil, avançando na preservação dos valores socioculturais, na manutenção e criação de empregos rurais e na conservação do meio ambiente” (Ferreira Neto 2008:5). Em 2011, proposta semelhante foi aprovada pela Lei n. 12.512, referente ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, que concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situações de extrema pobreza que vivem em áreas prioritárias para conservação ambiental.

5 Desde os anos 2000, as políticas conhecidas como REDD+ (redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, associada a ações de conservação e manejo florestal) são iniciativas que pressionam a criação de mecanismos internacionais para compensar países responsáveis por parte do desmatamento global – como o Brasil e a Indonésia – e que queiram reduzir emissões oriundas do desmatamento (Toni & Ferreira 2011).

produtivo e na lógica econômica iniciados pelo Proambiente, acrescido do componente de valoração dos serviços ambientais, ou seja, efetiva a realização de um pagamento por desmatamento evitado e adoção, pelos agricultores, de práticas agrícolas alternativas ao corte-e-queima. Na fase de planejamento do projeto, houve o entendimento da necessidade de fortalecer a cooperação com o poder público local para o sucesso da iniciativa, sendo firmadas parcerias com Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura dos municípios participantes.

Os STTR selecionaram famílias para o PAS, priorizando participantes do Proambiente, e incorporando novas famílias que atendessem a exigência de manter 80% de cobertura florestal do lote. Ainda que tais critérios tenham sido discutidos com as entidades representativas, no entanto, não foram debatidos amplamente com as unidades familiares participantes, que se referiam ao projeto como “Projeto do IPAM”. Houve, inicialmente, mudanças que afetaram o claro entendimento dos critérios de participação, como ressalta uma integrante:

[...] falaram que quem tinha muita mata ia tirar o benefício [PSA] maior. Mas depois, quem tinha o lote todo derramado de pasto e nós que tinha mais mata ficamos tudo igual. Ninguém entendeu foi nada. Porque eles diziam que quem tinha mais mata tirava mais dinheiro (F.S., mulher, participante do PAS, maio 2015, PA Pilão Poente II).

Com aparentes reformulações, o PAS retomou o projeto de pagamento por serviços ambientais,

combinado com novas estratégias, como investimentos na infraestrutura dos lotes e incentivos aos agricultores para o abandono da prática de corte-e-queima, ao estabelecerem novos roçados:

Nesses quatro anos que nós estamos nesse projeto, não pode mais derrubar mata, não pode fazer queimada mais em nada, nem em juquirão, nem em mata, nem em nada. Ai eles dão 420 [reais] de três em três mês e liberou arame, liberou capim, fez pasto pra algumas pessoas, fez esses buracos pro gado beber água. Agora vão trazer adubo pra colocar no cacau, que o nosso projeto era mais pra adubo no cacau (F.S., mulher, participante do PAS, maio 2015, PA Pilão Poente II).

Mesmo entre aqueles que participaram do Proambiente, a adesão ao projeto foi relativa. Agricultores que optaram em não participar do PAS consideraram que o pagamento por serviço ambiental (PSA) não ultrapassaria os ganhos monetários provenientes de atividades agropecuárias já desenvolvidas. Por outro lado, houve aqueles que ponderaram as vantagens dos investimentos em insumos e infraestrutura previstos no projeto e aderiram a ele. Entre os que nunca haviam participado de projeto algum, houve aqueles que levaram em consideração, para a aderência, as oportunidades de aprendizado através do assessoramento técnico, bem como a oportunidade de investimento do recurso proveniente do PSA.

Há questões específicas relacionadas à adesão ao projeto e às suas regras. Entre aqueles que vislumbram aparentes vantagens econômicas futuras e conhecimento técnico, o ajustamento

às regras previamente estabelecidas não é necessariamente percebido como interferência na autonomia e no controle de seus meios de vida e recursos naturais disponíveis nos lotes individuais. Uma intervenção na autonomia pode tornar-se motivo de desistência do projeto, e realmente há uma quantidade significativa de desistências voluntárias. Mas há também desistências involuntárias, nas situações, por exemplo, de identificação de uso do fogo e de abertura de áreas não autorizadas por órgão ambiental, via monitoramento por satélite, seguida de suspensão da participação. Por outro lado, a integral adesão às regras ambientais – e, portanto, a aplicação de práticas sustentáveis – está relacionada com a expectativa de aumento da produtividade, a consolidação de experiências piloto e a estabilidade econômica do lote a curto e longo prazos, como exemplifica um agricultor:

[...] o que fez a gente engajar no projeto é a questão da articulação, reunião pra esclarecer e a gente vê as coisas acontecer. Inclusive, agora em agosto tem um projeto pra fazer umas roça mecanizada. Tem que acontecer, não pode ficar só no papel não (L.S.P., homem, jun. 2015, PA Pilão Poente II).

Em meados de 2012, na primeira fase de execução do projeto, o IPAM elaborou diagnósticos socioeconômicos, os planos de uso das terras, e viabilizou a regularização ambiental por meio do

Cadastro Ambiental Rural (CAR). Nesse momento, cada unidade familiar participou de maneira mais incisiva durante a elaboração do plano de uso de sua propriedade.

O tamanho médio dos lotes em assentamentos de Anapu é de 100 ha, tendo cada unidade familiar autonomia relativa no uso dos recursos disponíveis e nas formas de uso da terra, porém dentro dos limites estabelecidos pelo atual Código Florestal de 2012⁶. É o que expressa um dos participantes do projeto, a respeito da adequação às regras ambientais estabelecidas: “Pelo amor de Deus, você não pode derrubar! Tem que acompanhar o governo, a lei que o governo botar, você tem que acompanhar!” (A.C.F., homem, jun. 2015, Vila Nazaré).

Para tanto, o INCRA tem estimulado e assistido a elaboração de Planos de Uso nos assentamentos. Na percepção dos agricultores, deveriam constar no Plano de Uso investimentos nos sistemas de produção e infraestrutura do lote capazes de gerar melhorias, consoante a aptidão produtiva de cada unidade familiar. Entre as propostas oferecidas pelo projeto, constam os seguintes sistemas: (1) intensificação da pecuária através da rotação de pastagens e manejo do rebanho; (2) produção de grãos através da roça mecanizada; (3) criação de galinhas e suínos; (4) implantação de sistemas agroflorestais; (5) melhoria na produção cacaueteira; (6) recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APP); e (7) piscicultura. Em tese, cada plano de uso deveria incluir uma combinação dessas ações,

6 Segundo o Código Florestal (Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012), na Amazônia, cada estabelecimento pode ter 20% de sua área destinados ao uso alternativo do solo, excetuando-se as áreas de preservação permanente. A reserva legal deve ocupar 80% da área. Em projetos de assentamento de reforma agrária, como o PDS, por exemplo, definiu-se como área de uso alternativo 20 ha, e todo o restante da área (80%) é destinado à reserva legal, que pode ser utilizada mediante aprovação de Plano de Manejo.

de modo a alcançar o limite de cinco mil reais, previstos como investimento do Fundo Amazônia para cada unidade familiar, para os cinco anos de vigência do projeto. A escolha de tais sistemas pautou-se em resultados de iniciativas anteriores, desenvolvidas na região.

A roça de corte-e-queima era a técnica amplamente difundida entre os agricultores na região da Transamazônica. Através dela, produziam arroz, feijão, milho e mandioca, alimentos essenciais para o autoconsumo familiar. Com as exigências do novo Código Florestal, a adoção de práticas sustentáveis de produção passou a ser exigida, bem como alterações no sistema produtivo dos lotes, como destacado na narrativa abaixo:

No começo, nós mexia com arroz, feijão, com milho. Aí nós paremos quando começou a plantar cacau muito, não dá conta mais, aí nós paremos de plantar esses legumes, nós tá só comprando [...] planta um pouquinho de milho, aí dá das galinha comer até metade do ano, aí depois pode começar comprar milho [risos] (M.C.S., mulher, maio 2015, PA Pilão Poente II).

Uma das iniciativas anteriores consideradas foi o projeto *Roça Sem Queimar*, que introduziu novos processos de produção sem o uso do fogo. Houve também tentativa de replicar experiências de lavoura cacauera, empreendida por colonos da porção oeste da Transamazônica. Essas iniciativas de transformação nas práticas de agricultores eram vistas como uma maneira de os sujeitos adequarem-se às “leis do governo”. Nesse contexto, foram vastos as experiências e os projetos cujos objetivos

eram a consolidação de práticas ambientalmente sustentáveis de produção entre agricultores.

A aplicação dos investimentos previstos no Plano de Uso do lote é feita através das “atividades de campo” realizadas pelas equipes técnicas do IPAM. Consoante ao interesse e à afinidade da unidade familiar, investiu-se majoritariamente na intensificação da pecuária e na melhoria da produção cacauera. O aproveitamento de pastagens através da pecuária intensiva com cercas elétricas mostrou-se uma experiência bem-sucedida pelos ganhos monetários.

Para algumas famílias, a oportunidade de desenvolver a piscicultura mostrou-se interessante por garantir uma fonte relevante de proteínas ao autoconsumo. Porém, a criação de peixes em tanques apresenta uma série de desafios, devido à inexperiência nessa atividade, às inadequações técnicas e às dificuldades de acesso a recursos essenciais: água e alimentação adequadas.

A roça mecanizada foi uma das iniciativas de maior aderência dos agricultores. Além de garantir produtos tradicionais, atendeu à exigência do projeto de maneira mais sustentável:

[...] o foco da coisa era controlar mais a natureza. Se era pra eu derrubar um alqueire, mas “na técnica certa, na forma deles” que ia ter o maquinário, era derrubar 1 ha e aquele hectare ia render tudo pra mim como se fosse um alqueire. A produção mecanizada ia trabalhar ali dois, três, quatro anos naquele pedaço de terra, ia tirar o básico pra gente tentar suprir as necessidades diárias das famílias, no caso: o arroz, o feijão, a mandioca, o milho... (L.S.P., homem, jun. 2015, PA Pilão Poente II).

Registra-se aqui um dos principais entraves nessa abordagem: a ameaça à autonomia, um princípio da economia camponesa. Seja a dependência financeira do pagamento por um ator distante e desconhecido, seja a dependência à equipe técnica ou à compra de insumos e ao acesso aos maquinários. A relação com a natureza passa a ser mediada por aquele que detém a “técnica certa, na forma deles”. Até mesmo aquilo que não vem acontecendo afeta, a exemplo dos atrasos na entrega dos materiais ou na realização das atividades programadas, uma vez que a própria ONG depende dos tempos e recursos do financiador, que, por sua vez, é diferente do tempo do plantio e da colheita.

Nessa experiência, registramos que as dificuldades encontram-se na dependência de um capital não apenas financeiro, mas humano. A despeito das estratégias de participação, elas não incidem diretamente no fortalecimento de iniciativas coletivas. Na iniciativa do PAS, não identificamos apoio consolidado para gestão e aperfeiçoamento do associativismo e cooperativismo que contribuiriam à governança local.

3.2. ABORDAGEM AGROFLORESTAL DA AGROECO: SAF EM SUBSTITUIÇÃO A PASTAGENS

Na segunda abordagem, o serviço ambiental não é percebido como mercadoria em si, objeto atrelado a um PSA. Não há necessariamente expectativa de pagamento diferenciado pela prestação de serviços ambientais de forma destacada ou distinta do valor do produto obtido agroecologicamente. Exemplificando esta segunda

abordagem, apresentamos a experiência de famílias representadas pela Associação Agroecológica dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Santo Antônio do PDS de Anapu I (AGROECO) que, desde 2010, investem na substituição de pastagens por sistemas agroflorestais (SAF) no lote 55 do PDS Esperança.

Essa iniciativa é apoiada pela CPT de Anapu e contou com o envolvimento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (INDESAM), empresa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), contratada pelo INCRA para assessorar tecnicamente a implementação de sistemas agroflorestais individuais e coletivos nos PDS de Anapu.

A adoção de sistemas agroflorestais é considerada, pelos participantes, como expressão da resistência a sistemas de produção hegemônicos, representados pela pecuária e extração madeireira ilegal. A perspectiva agroecológica assumida pela AGROECO é fortemente politizada, sobretudo através do simbolismo da substituição da pastagem por cultivos agrícolas.

A área onde foi criado o PDS Esperança consiste de um mosaico de lotes de CATP da gleba Bacajá, com extensa cobertura florestal, entre eles o chamado lote 55:

[...] a gleba 55, quando a gente chegou aqui era mata ainda, mas quando o pessoal dos fazendeiros souberam que era pra ser PDS, eles invadiram essa mata... Isso aqui não foi colono que derrubou [...] Entraram e derrubaram tudo isso aí a força, derrubaram sem roçar, fizeram quebradão⁷, tacaram fogo e

7 Expressão local utilizada para descrever a derrubada da floresta quando não há retirada anterior de cipós e de espécies de pequeno porte (broque), destinada para a formação direta de pastagens após a queimada.

plantaram capim (I.V., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

A partir de 2003, cartas dos movimentos sociais de Anapu, redigidas pela irmã Dorothy e endereçadas aos órgãos de fiscalização ambiental, denunciaram a exploração madeireira ilegal, a grilagem de terras, a expansão de pastagens, bem como atos de violência contra posseiros. No processo ilegal de negociação dessas terras públicas, em 2004, foram desmatados e queimados cerca de 1.000 ha de floresta do lote 55 da gleba Bacajá. Somente após o assassinato de irmã Dorothy, em 2005, a Justiça Federal desapropriou esse lote, incorporando-o ao PDS Esperança, com capacidade de assentamento de trinta unidades familiares adicionais: “[...] aconteceu aquilo que aconteceu com a Dorothy e a justiça entrou e terminou de retomar e assentou os agricultores [...]. Se não fosse a morte da Dorothy eu acho que nós não tava aqui hoje” (E.C.R., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

No ano de 2008, o lote 55 constituiu-se mais uma vez em área de conflito. Não havia consenso quanto à forma de uso das pastagens. Vigoravam restrições quanto ao aluguel do pasto a pecuaristas da região, o que tornava a área vulnerável à retomada da posse pelos fazendeiros. Até então, nenhuma família havia sido assentada nesse lote, em face das dificuldades para estabelecer cultivos em uma área já desmatada e que, sob a perspectiva camponesa, era por eles considerada degradada.

Nesse sentido, a diretoria da Associação Esperança, que até então era a única que existia no PDS, e o INCRA elaboraram proposta para promover o assentamento de famílias na chamada “área de capim” do lote 55. Tal processo incluiu a

seleção de famílias, a construção de estradas de acesso, a ocupação das parcelas e a homologação dos beneficiários pelo INCRA. A proposta inicial era construir uma vila de casas, e as pessoas viriam a produzir em área coletiva. Porém, tal proposta não evoluiu, devido à lógica camponesa de autonomia do trabalho familiar. Naquela ocasião, surgiu a ideia de um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), que deveria ser submetido ao INCRA, órgão que provisionaria recursos para destinação social e recuperação ambiental da área convertida em pastagem. Tal proposta não foi, contudo, levada adiante naquele momento:

O INCRA queria um projeto que viesse apresentar pra sociedade que o assassinato da irmã Dorothy não tinha sido em vão, e que na área pela qual ela tinha sido assassinada o pessoal tava morando e tava tirando o pasto que tinha sido a causa [do assassinato]... O povo matando o capim e plantando cacau (E.C.R., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

Indicados pela CPT e pela Associação, muitos assentados não permaneceram diante das dificuldades de cultivar roças em áreas de capim. Após a desistência desse primeiro grupo, nova mobilização foi realizada em 2010, resultando no assentamento de outras famílias. Desde então, as famílias que permaneceram diante das dificuldades de “vencer o capim” receberam orientação técnica da Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia (ASSEEFA), então prestadora de ATES, contratada pelo INCRA, para a implantação de SAF comerciais, tendo o cacau como principal cultura.

O cacau já era, de fato, o cultivo mais promissor e amplamente utilizado nas áreas de ocupação anterior no PDS Esperança, caracterizado por extensas manchas de terra roxa, solo reconhecidamente fértil e propício para tal espécie.

Desde 2006, iniciara-se, no PDS Esperança, discussão de uma proposta de manejo florestal comunitário, sobre o qual até o presente não há consenso. Ao contrário, o tema contribuiu para acirrar rupturas entre lideranças e, posteriormente, para a criação de nova associação de moradores, a AGROECO, formalizada em 2013.

A existência de duas associações de moradores exacerbou a necessidade de construção de um plano de uso que harmonizasse visões bastante distintas quanto a meios de vida no PDS Esperança. De um lado, as famílias que constituíam a nova AGROECO, predominantemente na área de capim, buscavam práticas coerentes com o significado do próprio nome da organização, e expresso de maneira simbólica na substituição da pastagem e do gado pelo cacau e a banana. De outro lado, a Associação Esperança agregava a maior parte dos assentados e vislumbrava negócios através de parceria com empresa madeireira, que oferecia retornos financeiros vultosos, os quais não se concretizaram, devido aos entraves legais que inviabilizaram tal parceria.

As necessidades quanto às áreas de uso alternativo de famílias assentadas em parcelas ainda com predominância de florestas ou capoeiras mostravam-se distintas daquelas de famílias assentadas na “área de capim”. Por conta dessa ruptura, a AGROECO passou a reivindicar apoio diferenciado junto ao INCRA e à prestadora de ATES.

As dificuldades das duas associações e seus projetos divergentes causaram ainda maior impacto, devido à inconstância nos pagamentos do INCRA às prestadoras de ATES, sendo que, durante certo período, os serviços de assistência técnica foram suspensos em razão de prolongada falta de pagamento. Especialmente a partir do final de 2014, essas dificuldades intensificaram-se como reflexo da situação financeira do país, prejudicando ainda mais a continuidade do estabelecimento de SAF.

A existência de um ativo mercado regional de cacau e a liquidez da cultura resultaram no fato de os agricultores terem preferido investir trabalho em seu cultivo. Devido aos cuidados e ao tempo que essa cultura exige, é bastante difícil conciliá-la com as culturas da chamada lavoura branca. Assim, todos os esforços foram concentrados no cultivo de cacau, levando quase ao abandono das roças de mandioca, arroz, feijão e milho, como relembra um agricultor: “[...] antigamente era mexer com lavoura branca mesmo, era fazer farinha, plantar arroz, mandioca. Nunca teve aquele valor, mas é bom porque a gente come. A gente fazia pra vender pros outro e sobrava pra comer também” (I.V., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

Nos lotes das famílias que estão há seis anos assentadas na área de capim e que seguiram as recomendações técnicas de implementação dos SAF, é visível o nível de produtividade da roça de cacau. Aqueles que chegaram posteriormente e não receberam tal acompanhamento, diante da emergência de produzir, defrontam-se com dificuldades e problemas que afetam o meio em comum:

[...] você mexer com a uma área de capim pra plantar mil pé de cacau você não vai dar conta de mexer com ele

[capim], só cortando ele. Se você só corta ele, daqui a oito dias ele tá do mesmo jeito. Sem a condição que a gente não tem muita aqui, então a saída é o veneno. É uma coisa que tá fazendo medo pra gente aqui (I.V., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

De fato, apesar do simbolismo da substituição do capim pelo cacau, as condições para os sócios da AGROECO viabilizarem tal processo resumiam-se, sobretudo, ao uso de práticas que paradoxalmente contradiziam os princípios agroecológicos e resultavam em consequências negativas para a provisão de serviços ambientais: a densa biomassa representada pelo capim braquiário ou mombaça era somente controlada através do uso do fogo ou do emprego de agrotóxicos. A alternativa ambientalmente íntegra que restaria seria a mecanização ou o uso intensivo de mão de obra. Esta última, porém, não estava ao alcance de boa parte dos assentados, fragilizados economicamente e não dispendo de mão de obra excedente. A mecanização dependeria de investimentos externos, arcados pelo poder público, e passou a ser identificada como estratégia prioritária.

Buscando alternativas econômicas viáveis, em 2015, o INDESAM investiu no estabelecimento de uma Unidade Demonstrativa com rotação de culturas (tomate, maracujá, feijão, banana) até o estabelecimento da cultura definitiva do cacau. Tal unidade foi instalada por meio de trabalho coletivo: em cada dia de campo realizado pela equipe técnica e nas demais atividades necessárias para manutenção, contou-se com mutirões comunitários.

Se, *a priori*, o abandono dos roçados que garantiam o autoconsumo faz supor que há perda de autonomia do grupo camponês, a aderência às práticas relativas a SAF, frente ao apelo do cultivo comercial de cacau, agrega conhecimentos para evitar o uso de insumos como herbicidas:

Eu, pra mim, no meu pensamento, uma terra mecanizada por uma parte e fazer aquilo que o menino [técnico] tá mostrando ali [Unidade Demonstrativa], tentar plantar umas coisa que a gente vai tentar diminuir esse capim, sem precisar de mexer com veneno, que aí sim, é uma coisa que ela [terra] vai voltar com a força dela e muda muito (J.B.S., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

Os agricultores tornam-se dependentes de maquinário externo e do acompanhamento para assimilação das técnicas tidas como corretas. Porém, neste caso específico, alternativas ao uso de agrotóxicos constituem-se em resultado positivo de uma experiência que, para seu sucesso, ainda depende de investimentos e transferência de conhecimento qualificado, uma vez que a qualidade do solo onde o capim fora instalado, sobretudo terra roxa, ainda compensa tal investimento: “A esperança desse monte de gente que tá aqui é que tem capim, mas é uma terra boa. O que você plantar tem aquela certeza que vai dar alguma coisa, né?” (J.B.S., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

De forma complementar, a equipe de assistência técnica enfim elaborou um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), aprovado pelo INCRA. Tal plano garante a recuperação de APP prioritárias, como margens de nascentes e cursos

d'água. Para tanto, juntamente com a construção da Unidade Demonstrativa na “área do capim”, está se investindo na produção de mudas de essências florestais. O plantio destas essências é também adequado ao sombreamento do cacau, mostrando-se com potencial para manutenção da biodiversidade e com boas perspectivas econômicas, através do uso de produtos florestais não madeireiros e madeireiros.

Portanto, buscando a consolidação do plantio de cacau em SAF que substitui o capim, os agricultores incorporaram técnicas que auxiliam tanto o desenvolvimento da planta quanto a provisão de serviços ambientais. A expectativa de que o produto alcance preços competitivos no mercado não é, contudo, por eles associada a um pagamento por serviço ambiental.

3.3. COPOBOM E COPCAO: PSA ATRAVÉS DO MERCADO DE ORGÂNICOS

Também adotando a perspectiva agroecológica, o terceiro estudo de caso refere-se às cooperativas de cacau orgânico criadas no âmbito do Programa de Produção Orgânica da FVPP, em cooperação com o então Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) e apoiado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), com o objetivo de alavancar a produção de cacau orgânico e de melhorar os meios de comercialização dos produtores familiares. Em 2006, foram criadas a Cooperativa de Produtos Orgânicos de Bom Jesus (COPOBOM-Anapu), a Cooperativa de Produtores de Cacau Orgânico (COPCAO-Pacajá), entre outras, nos municípios de Uruará, Medicilândia, Brasil Novo e Vitória do Xingu.

O incentivo ao cooperativismo foi a forma adotada com o intuito de obter escala suficiente para minimizar os custos financeiros e obter a certificação (Barth 2009) necessária para inserção no mercado verde. Ao longo do processo, constatou-se que, para atender as exigências do mercado consumidor, era necessário obter adicionalmente a certificação de comércio justo, o que foi alcançado pelas cooperativas de Medicilândia e de Uruará.

A produção da lavoura cacaueira é incentivada na região da Transamazônica desde a década de 1970. A CEPLAC investia no fortalecimento da região como polo cacaueiro, como alternativa ao desenvolvimento da agricultura familiar e de modo a diminuir os impactos à cobertura florestal derivados da colonização e dos projetos agropecuários.

A produção de cacau, além de atender a um mercado em expansão, mostrou-se viável ambientalmente, por ser uma cultura permanente que protege o solo, retendo, assim, nutrientes e mantendo a fertilidade. A modalidade desenvolvida pela CEPLAC inclui sombreamento definitivo para garantir boa produtividade. Para o sombreamento, investiu-se na produção de espécies madeireiras, o que não deixa de ser um tipo de reflorestamento.

Na localidade Vila Nazaré, município de Pacajá, há famílias estabelecidas desde a colonização antiga, hoje cooperados à COPCAO, cujas lavouras de cacau mais antigas datam da década de 1980, como afirma um dos “pioneiros” do projeto de colonização: “Foi plantado em 1981 e, naquele tempo, nem se falava em orgânico, né? Foi derrubado a mata e plantado, no lema daquele tempo: derrubar, queimar e plantar [...]” (M. J. L., homem, jul. 2015, Vila Nazaré).

Quando se criaram as cooperativas, os produtores contaram com a assessoria técnica das instituições para a transição à produção orgânica. Além do apoio à produção, os agricultores receberam variadas formações, para organização coletiva e comercial e gestão das cooperativas: “Eu aprendi com a CEPLAC [...] o orgânico passou por um período de três anos, sem uso de agrotóxico, sem uso de adubo químico, aí tornava-se orgânico, né? E depois disso ninguém mais usou na área do cacau” (O.C.S., homem, jun. 2015, Vila Nazaré).

Entre as famílias pioneiras, é perceptível maior aderência às novas exigências da legislação ambiental, bem como a adoção de novas práticas de uso do solo. A hipótese considerada para tanto pode ser o histórico de participação no movimento social de agricultores da Transamazônica, desde a época em que a temática de preservação e de produção foi incorporada às suas lutas, e projetos de desenvolvimento foram empreendidos.

Em contrapartida, na comunidade Bom Jesus, em Anapu, de ocupação mais recente, os cooperados da COPOBOM, enquanto assentados no PA Pilão Poente, realizaram seus primeiros plantios, quando aderiram ao cooperativismo e à produção de cacau orgânico. Se alguns utilizaram o sistema de corte e queima, outros, com as lições aprendidas das experiências mais antigas de cacau, aderiram a técnicas consideradas mais sustentáveis. Assim, ainda que a COPOBOM e a COPCAO tenham sido criadas no mesmo período, a iniciativa para produção do cacau orgânico e a maneira como os agricultores percebem e reagem à proposta estão diretamente relacionadas às suas histórias sociais.

Apesar do processo de transição para produção orgânica visando comercializar diretamente no mercado de nicho diferenciado, os agricultores nunca deixaram de trabalhar individualmente no mercado local, como afirma um informante: “Em parte é [para comercializar através da cooperativa], em outra parte é com o atravessador mesmo [...], trabalhar pela cooperativa é aquela briga, sem dinheiro não tem como segurar o cacau do sócio” (O.C.S., homem, jun. 2015, Vila Nazaré).

Com o apoio técnico da CEPLAC para a produção, os cooperados recebiam da DED e da FVPP cursos para gestão administrativa-financeira e para a formação de lideranças, bem como assessoramento comercial para contratos com empresas nacionais e internacionais. Ainda que a DED tenha desenvolvido eficiente trabalho, sua atuação não logrou o total fortalecimento do protagonismo dos produtores locais, haja vista que, após a saída de seus assessores, as cooperativas depararam-se com dificuldades na continuidade das atividades de gestão, principalmente com o déficit financeiro no capital de giro.

A comercialização da produção orgânica realizou-se através de cooperação com empresas nacionais e europeias. Em 2010, as seis cooperativas comercializaram cerca de 50 toneladas de amêndoas secas para a austríaca Zotter Chocolates, 15 toneladas para a brasileira Harald, 100 toneladas para a Natura, além de cerca de 400 toneladas no mercado regional. Entre 2011 e 2013, cerca de 45 toneladas de amêndoa de cacau foram vendidas à Zotter e 25 toneladas para a Harald. Apesar dos altos valores dessas transações, por várias vezes, COPOBOM e COPCAO viram-se em dificuldades financeiras

que prejudicaram a produção para as exportações, retendo-a. Como frisado por vários agricultores, os produtores viram-se obrigados a oferecer o cacau para atravessadores no mercado local:

É muito doído um cara como eu ficar quatro-cinco meses sem receber [pelo cacau depositado] [...]. O seu Raimundo, meu vizinho, ele vendeu uma tonelada de cacau para o atravessador. E a gente não ficou porque não tinha capital... Em Pacajá segurou 25 sócios. Aqui foram dez que desistiram. Lá o pessoal é mais estabilizado. Tem 10-15-20 anos de produção. Todos têm uma fonte de renda além do cacau (R.D., homem, cooperado, nov. 2013, Bom Jesus).

Diante dessa situação, conclui-se que a produtividade dos agricultores não é compatível com sua prática de gestão, incapaz de viabilizar o escoamento da produção para mercados com melhores preços. Neste caso, os SA também são percebidos de forma difusa, e pagamentos diferenciados seriam devidos aos nichos de mercado para produtos orgânicos, sem PSA em efetivo: “[...] não é muito fácil produto orgânico [...] não tem problema nenhum com o mercado, a dificuldade é de produzir o orgânico. Não é muito simples, não é muito fácil” (R.D., homem, jul. 2015, Bom Jesus).

Na comunidade Bom Jesus, desde 2006 observou-se, em paralelo à constituição da cooperativa, uma iniciativa de produção de cacau em sistema de cabruca, ou “cacau na mata”. Contando com assessoria técnica de um extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-Pará), 18 produtores obtiveram financiamento para instalar seus

plantios sem a eliminação do dossel florestal, mantendo espécies selecionadas para sombrear o cacau:

Os que têm esse sistema de cabruca, ninguém é ligado na cooperativa! Eles plantaram porque era cacau financiado, e o projeto do Banco era aquele. O PRONAF, se fosse para roçar e queimar, não tinha o crédito. Só três dos 18 eram ligados na Cooperativa (R.D., homem, nov. 2012, Bom Jesus).

O cacau na mata exige que o preparo inicial da área comece um ano antes, quando é realizado o broque e são cortados os cipós, a exemplo do que é feito nas operações de manejo florestal. Devido ao entrelaçamento de árvores com cipós, a derruba parcial de árvores sem a realização prévia desta operação resultaria em impactos ambientais negativos. No ano seguinte, são, então, realizados a derruba, o roço e a picagem, com utilização de motosserra. De acordo com o então presidente da COPOBOM e principal produtor desta modalidade, o nível de sombreamento ideal seria de 30%, podendo chegar no máximo a 50%. As espécies preferenciais para sombreamento são a faveira, a castanheira, o melancieiro, o amarelão e a inhará. As covas utilizadas nesse sistema são geralmente mais profundas do que no sistema tradicional. No primeiro ano, é possível integrar plantios de feijão, melancia, mandioca e, principalmente, banana, esta última sendo a mais interessante economicamente.

Além dos desafios para a produção, o programa de produção orgânica, na busca por solucionar entraves de natureza comercial, estimulou a adoção das chamadas Parcerias com o Setor Empresarial (PSE) e, desde 2006, a Natura Cosméticos constituiu-se como principal parceira comercial das cooperativas, como frisaram

os produtores. A empresa, desde que lançou produtos cosméticos com ativos da biodiversidade brasileira, tem investido em tecnologia e em cooperações com as comunidades fornecedoras de matéria-prima para a fabricação da sua linha de produtos. Em 2007, foi inaugurada a Unidade Industrial de Benevides, no estado do Pará, onde vinha sendo processado todo o volume de sementes e frutos, inclusive a transformação das amêndoas de cacau em manteiga. Com relação às cooperativas de cacau orgânico da Transamazônica, a empresa adotou a estratégia de verticalização da produção da matéria-prima utilizada na fábrica de sabonetes. Em 2012, a Natura investiu na construção de uma agroindústria de processamento do cacau e do coco babaçu na Vila Nazaré.

Os recursos para a construção de dois galpões – de armazenamento e de instalação das máquinas – são provenientes da repartição de benefícios após contrato para acesso ao patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado, estabelecido entre uma cooperativa e a empresa:

Os testes com babaçu iniciaram em 2014. Somente em 2015 a Natura realiza a compra do fruto para gerar renda e motivar os agricultores. A gente tava trabalhando com doação pra pesquisa. Agora a gente parou de trabalhar com doação, compra babaçu pra que eles possam produzir o óleo. As pessoas doavam e, em contrapartida: armazém, fábrica, apoio técnico (F.G.S., homem, funcionário, jul. 2015, agroindústria da Vila Nazaré).

A contrapartida indicada, entretanto, corresponde à repartição de benefícios, uma espécie de “pagamento” pelo acesso ao patrimônio

genético através de pesquisa e bioprospecção do coco babaçu.

Em 2014, as cooperativas venderam um pouco mais de três toneladas de manteiga de cacau para a Natura e forneceram nove toneladas de babaçu. Em 2015, a produção foi de 50 toneladas de amêndoas de cacau, transformadas em 15 toneladas de manteiga. O processamento do babaçu ainda está em fase experimental, mas a estimativa da empresa é de que uma tonelada do fruto equivalha a 60 quilos de amêndoas, dos quais, por sua vez, se obtém 50% de rendimento de óleo (30 kg). Porém, os resultados iniciais estão aquém da expectativa da empresa.

Desde 2014, esforços organizacionais estão voltados para a criação e o fortalecimento de uma central das cooperativas em Altamira, cujo objetivo principal seria aumentar a capacidade de comercialização, através de uma única representação jurídica. Ainda que tal proposta não esteja totalmente regularizada, a “central” funcionava, em 2016, com dois agentes, cujos salários são pagos pela Natura, responsáveis pelo assessoramento nas atividades de comercialização das cooperativas junto à própria empresa e aos demais parceiros comerciais.

A proposta de comercialização do cacau orgânico obteve relativa aderência de agricultores, que abandonaram parcial ou integralmente suas roças tradicionais, na perspectiva de que, através do cooperativismo, poderia ser fortalecida a produção e garantida a comercialização com preços de venda superiores ao cacau convencional:

A intenção do cacau orgânico era a melhoria por agregar valores no cacau e preservar a natureza. Porque assim, com orgânico, você evita a questão

do fogo, herbicida, veneno, tudo isso. Tenta controlar sem esse tipo de coisa. E o fundamento mesmo, seria organizar e agregar valor ao produto (R.D., homem, jun. 2015, comunidade Bom Jesus).

No entanto, mesmo com investimento e apoio de instituições parceiras, a demora no escoamento da produção e as pendências no pagamento aos cooperados têm causado a saída de muitos produtores. Para eles, é problemático deparar-se com entraves no contexto de um mercado onde é possível vender antecipadamente a produção a atravessadores e obter a liquidez do recurso disponível para a manutenção da unidade familiar.

Outras limitações do sistema orgânico são o impedimento de uso de fertilizantes químicos e a carência de substitutos que possam ser produzidos localmente, seja para a adubação seja para o controle de eventuais pragas e doenças: “Em Vitória [do Xingu], um dos membros da cooperativa tinha roça de cacau de 30 anos. Antes do cacau orgânico adubava e produzia 800 gramas por pé. Agora, com o orgânico, produz 400 g. Vai sair da cooperativa!” (R.D., homem, nov. 2012, comunidade Bom Jesus).

Em 2009, participavam do Projeto Cacau Orgânico 125 agricultores familiares, em cerca de 1.700 ha de plantações de cacau (Barth 2009). A COPOBOM iniciou com 26 cooperados, mas, atualmente, somente dez agricultores permanecem ligados à cooperativa, sendo que, em 2016, a nova diretoria da COPOBOM avaliou e decidiu pela saída da central das cooperativas. Já a COPCAO permaneceu na central das cooperativas, mas contava, em 2016, com apenas 15 dos 30 cooperados que chegou a ter. Os principais argumentos para

a desistência dos produtores são a não adequação ao padrão da certificadora e a alegada demora do pagamento pelos produtos aos cooperados: “Esse cacau orgânico da Transamazônica cresceu demais, mas o pessoal esqueceu da base. Hoje a gente tem nome no mundo todo, mas umas cooperativas fracas. Pra mim, sem participação não tem cooperativa” (R.D., homem, nov. 2013, comunidade Bom Jesus).

3.4. PDS VIROLA-JATOBÁ: ACORDO EMPRESA-COMUNIDADE PARA MANEJO FLORESTAL

Por fim, também ilustrando a segunda abordagem, analisamos a experiência de manejo florestal comunitário vivido pela Associação Virola Jatobá (AVJ), em parceria com a empresa Vitória Régia, no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá (PDS-VJ), entre os anos de 2008 e 2013. As características do solo do PDS-VJ não favorecem a produção de cacau voltada ao mercado, corroborando a proposta de enfoque em uma vocação florestal. A proposta da exploração madeireira teve sua origem em projetos apoiados pelo IBAMA por meio do PROMANEJO. Iniciando em 2006 com capacitação, prosseguiu em 2007 com apoio para um projeto de manejo florestal comunitário, que visava tanto a proteção da reserva legal do PDS contra madeireiros ilegais quanto a obtenção de renda pelo uso sustentável da floresta, para investir na intensificação da agricultura em áreas de uso alternativo do solo. A aprovação do Plano de Manejo Florestal Comunitário ocorreu em 2008 e permitiu quatro colheitas realizadas através de parceria com empresa privada até 2012-2013.

Essa iniciativa preconiza o PSA embutido no preço das toras obtidas através de manejo

florestal sustentável, recebendo-se maior valor para recursos florestais legalizados e sob produção sustentável. O serviço ambiental seria provido por florestas que sequestrariam carbono sob uso sustentável.

O PDS constitui modalidade de assentamento da reforma agrária com ênfase ambiental que busca combinar a conservação e a produção familiar na agricultura e exploração florestal. No PDS-VJ, as famílias reconhecidas pelo INCRA como “beneficiárias” da reforma agrária possuem o direito sobre 20 hectares para uso alternativo do solo. Em caráter coletivo e com respeito às regras ambientais vigentes, o uso da reserva legal somente é permitido após aprovação do plano de manejo pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PA).

A experiência de manejo florestal comunitário da AVJ, em parceria com empresa, contou com assessoria, inicialmente, da prestadora de assistência técnica ASSEFA, e apoio do Instituto de Florestas Tropicais (IFT) e do IPAM que, em 2005, elaboraram o chamado “Consórcio Estradas Verdes”. No ano de 2006, as associações dos dois PDS de Anapu haviam acessado recursos do PROMANEJO e realizaram capacitações em organização comunitária e de execução das atividades de manejo florestal. Com incentivo do IBAMA, em 2007, obtiveram novo apoio do PROMANEJO, dessa vez para a formação de cooperativas e efetiva execução de planos de manejo florestal.

No PDS-VJ, o Plano de Manejo chegou a ser elaborado e executado. Contudo, sua primeira Unidade de Produção Anual (UPA), de 180 hectares, não foi explorada por falta de capital de giro.

A AVJ contava com uma serraria portátil, com capacidade reduzida de processamento de madeira em tora, mas não possuía recursos suficientes para capital de giro e aquisição de máquinas necessárias. Além disso, necessitava amadurecer o processo organizativo e administrativo para gerenciar um empreendimento florestal de grande porte. Mediante às contínuas invasões e pilhagens de madeira nas partes mais distantes do PDS-VJ, a AVJ aceitou a proposta do IBAMA de firmar parceria com empresa madeireira para a exploração florestal. Após 18 meses de discussões e orientações interinstitucionais, foi celebrado contrato entre a AVJ e a empresa Vitória Régia.

A partir de 2008, algumas UPAs de 500 hectares foram propostas e aprovadas, inicialmente pelo IBAMA e posteriormente pela SEMAS-PA. Trata-se de manejo florestal pleno, ou seja, com metas de exploração de até 30 m³ de madeira por hectare, mas cujo instrumento de execução, o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), tem como detentor uma comunidade, através de sua associação, sendo executado pela empresa, com a qual a AVJ havia assinado, em 2008, um contrato de 15 anos. O contrato foi, porém, rompido após cinco anos, como será visto adiante. De 2008 a 2013, foram explorados efetivamente 3.068 hectares, cuja madeira vendida para a empresa resultou em mais de R\$ 4 milhões para a AVJ (Porro et al. 2015).

A diretoria da AVJ era a principal interlocutora da empresa. Porém, eram nas assembleias da associação que se tomavam as principais decisões a respeito dos acordos comerciais empresa-comunidade. No primeiro ano de exploração madeireira, o Ministério Público Federal (MPF) decidiu que todo o recurso adquirido seria utilizado para compra de bens

coletivos (caminhão, usina de beneficiamento de arroz e construção de galpão), pois nem todas as famílias assentadas estavam na relação de beneficiários do INCRA, devido a pendências judiciais que impediam a anexação formal de lotes ao PDS, o que somente ocorreu em 2009.

Nos anos posteriores, regimento interno definido pela AVJ determinava que, do valor bruto recebido como pagamento da madeira retirada pela empresa, 55% seriam distribuídos entre os sócios residentes há pelo menos um ano no PDS, em condição regular de assentado perante ao INCRA. O restante (45%) seria aplicado em benefícios comuns e no custeio administrativo da exploração por parte da associação. No entanto, ainda que a AVJ aplicasse o recurso na obtenção de patrimônio indispensável para a operação do manejo, não tardou para que assumisse custos de manutenção altos e diversos, com pouca transparência e insuficiente controle financeiro pelos associados.

No total, ocorreram cinco episódios de distribuição de renda derivada do manejo florestal: Plano Operativo Anual (POA) 2009 (junho de 2010), POA 2010 (maio de 2011 e fevereiro de 2012), POA 2012 (dezembro de 2012 e dezembro de 2013). Entre 2010 e 2013, o valor total de R\$ 1.762.980,00 foi distribuído a 180 famílias. Ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para junho de 2015, o valor anual médio total de R\$ 558.789,00 foi rateado a 124 famílias (em média, a cada ano), cabendo a cada uma o valor médio (ajustado) de R\$ 4.506,00, no total dos cinco rateios. Contudo, das 180 famílias beneficiadas com recursos do manejo florestal, apenas 44% (80 famílias) permaneciam no PDS em dezembro de 2015, e apenas 70 participaram de todos os cinco

rateios realizados. Destas 70 famílias, 21 deixaram o PDS-VJ após 2013 (Porro et al. 2018).

Cabe ainda destacar que, durante a vigência do manejo florestal, diversos assentados trabalharam em atividades remuneradas pela empresa, ou foram pagos pela associação a partir dos repasses recebidos, além da distribuição aos associados. Se fossem contabilizados esses valores recebidos pelos assentados envolvidos diretamente na atividade, tal renda elevaria substancialmente o valor total gerado pelo manejo florestal. A vigência de uma atividade que assegurava receita tão significativa para a economia familiar, e que ainda por cima o fazia sem demandar o envolvimento direto da maioria dos assentados na execução da atividade, não foi, contudo, suficiente para consolidar o manejo florestal como estratégia econômica preferencial das famílias do PDS-VJ.

De fato, considera-se que, para a maioria da comunidade, não houve interferências significativas nos meios de vida no que se refere às áreas de uso alternativo. Os recursos distribuídos aos associados foram, sobretudo, utilizados no custeio (alimentação) e, eventualmente, em bens de consumo (por exemplo, bombas de água, motocicletas). No entanto, valores relativamente vultuosos oriundos do sistema florestal trouxeram à tona a falta de coesão entre as famílias, com percepções e práticas contraditórias no que se refere a serviços ambientais. O embate entre o interesse individual em receber o recurso da exploração madeireira, em detrimento de decisões mais coerentes aos interesses coletivos, era visível nos espaços de decisão. A questão econômica se sobrepôs à questão ambiental. Os pagamentos recebidos não eram percebidos em sua vinculação a serviços ambientais gerados pelo manejo florestal.

Além do controle financeiro fraco, a AVJ não participava ativamente das decisões relacionadas ao monitoramento das autorizações de transporte e processamento da madeira. A participação da AVJ, em termos de controle, consistia em ocupar a guarita na entrada do PDS e verificar notas com vistas a evitar desvios de carga. Além disso, apesar de detentores da senha para controlar os trâmites referentes ao seu Plano de Manejo no sistema estabelecido na SEMAS, as lideranças da AVJ não reuniam, na época, condições para efetiva coordenação. Por outro lado, nos itens em que poderiam ter mais controle, como os valores depositados em sua conta pela empresa, tampouco houve dedicação.

Diante do cenário de pouca transparência e insuficiente participação dos associados, não tardou para que irregularidades fossem identificadas, situação verificada em outros acordos empresa-comunidade, em diferentes assentamentos do país. Assim, o INCRA, mediante denúncias de procedimentos ilegais, emitiu a Instrução Normativa (IN) n. 65, de 2010, visando barrar os danos derivados de má conduta de empresas, que, via de regra, desrespeitavam normas sociais, econômicas e ambientais na exploração florestal em áreas de projetos de assentamento de reforma agrária (INCRA 2010). A IN-65 estabelecia novas regras para o manejo florestal comunitário, e concedia prazo de dois anos para a total retirada de empresas, de forma que a gestão e a execução das atividades de manejo passassem a ser de responsabilidade direta dos próprios beneficiários.

Após rescisão do contrato e avaliação realizada pela AVJ para decidir sobre a retomada do manejo florestal comunitário com apoio de parceiros institucionais (especialmente Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e Universidade Federal do Pará - UFPA), os comunitários identificaram irregularidades cometidas pela empresa, como o passivo ambiental pelo mau planejamento e abertura de estradas, retirada de madeira de APP, não aproveitamento de árvores derrubadas e retirada das melhores espécies, sem respeitar o inventário de exploração.

A partir de 2014, a AVJ e a COOPAF solicitaram à EMBRAPA, à UFPA e ao INCRA que os apoiassem na retomada do Projeto de Manejo Florestal Comunitário. Parte desse interesse deve-se à situação de intensa repressão do Estado às roças, a partir de corte-e-queima de capoeiras com mais de cinco anos. Mesmo que a antropização das terras do PDS Virola-Jatobá seja inferior a 7%, o município de Anapu como um todo encontra-se em situação de embargo (SEMAS 2015). Portanto, nessa retomada, planeja-se a articulação entre o licenciamento das atividades agrícolas e a exploração de recursos florestais também nas áreas de uso alternativo. A participação continua bastante precária, levantando dúvidas sobre o futuro da governança local. A noção de serviços ambientais continua distante, e o pagamento embutido no preço das toras oriundas de manejo florestal comunitário está longe de ser percebido como PSA pela maioria dos beneficiários do projeto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE ABORDAGENS DIFERENCIADAS DE PSA PARA UM CAMPESINATO DE FRONTEIRA AMAZÔNICA

Observações empíricas sobre práticas produtivas que desafiam a lógica de mercado da economia capitalista nos permitem assumir que a economia do campesinato da Transamazônica

não é necessariamente **anticapitalista**, na concepção de Martins (1997). Especialmente em situações como as do município de Anapu, em que os conflitos que tanto caracterizam a situação de fronteira ainda são frequentes, percebemos esses camponeses como atores fundamentais para a emergência e a persistência do que Velho (1974) concebeu há mais de quatro décadas como o capitalismo autoritário. O autor argumenta que, nas situações de expansão da fronteira na Amazônia, onde nem uma burguesia industrial nem atores revolucionários se fizeram presentes, o capitalismo realizou-se de forma diferenciada. Esse capitalismo com dominância autoritária teria como característica predomínio do político sobre o econômico, não logrando homogeneização completa dos detentores da força de trabalho, mas dependendo do campesinato como modo subordinado de produção.

Tomando os quatro estudos de caso como base empírica de dados, vimos que os investimentos para a provisão de serviços ambientais em sistemas ecologicamente melhorados, quer agrícolas, agroflorestais ou florestais, ocorreram em todos os casos. Assim, todos teriam PSA embutidos nos preços dos produtos gerados, percebidos ou não como PSA pelos produtores recipientes. À guisa de conclusão, avaliamos comparativamente os efeitos destas abordagens no que tange aos impactos sociais, aos meios de vida e à governança local.

No caso do Projeto Assentamentos Sustentáveis, a compreensão dos participantes do que são SA e PSA deriva do fato de o PSA ser em efetivo e também da existência de um processo de informação e formação. No entanto, essa compreensão não necessariamente os diferencia dos participantes

de outros casos. Seria necessária pesquisa adicional para analisar se haveria diferença caso a magnitude do valor pago e/ou do número de recipientes do pagamento fosse maior. Mas, na atual situação, o pagamento em efetivo não resultou em distinção de outras abordagens.

Nas reações dos agricultores participantes do PAS, a combinação de PSA e investimentos dependentes de controle externo e alheio ao grupo local, ao mesmo tempo que evidencia o contraste entre práticas tradicionais e a adoção de novas técnicas ditas mais sustentáveis, mostra-se como uma ameaça à autonomia camponesa, dadas as desistências voluntárias identificadas.

Por sua vez, se tal iniciativa pouco incide nas práticas coletivas de governança local, as oportunidades de, no futuro, o grupo participar mais incisivamente nas discussões e avaliações institucionais de continuidade do projeto são reduzidas, não permitindo o deslocamento dos agricultores do papel de mero “provedor de SA” para atores responsáveis pela dita produção sustentável.

Nos três casos em que não houve pagamento em efetivo, as diferenças deram-se na percepção sobre o pagamento e sua associação a um mercado específico. Somente para as Cooperativas de Cacau Orgânico (além do caso com PSA em efetivo), os entrevistados demonstraram compreensão do vínculo entre o preço diferenciado e a forma específica – orgânica – de produzir. Nesse caso, os meios de vida foram modificados, especialmente pelo impacto cultural da interferência na autonomia sobre o sistema produtivo. Ainda assim, agregar valor com preservação não

impediu o abandono da COPOBOM da rede de cooperativas com o objetivo de maior liberdade para a comercialização no mercado local, onde a liquidez de recurso é mais acessível.

Nos outros dois casos, a noção de SA e de PSA não pertence ao cotidiano das atividades dos projetos em andamento. De certa forma, no PDS Virola-Jatobá, os participantes vislumbram os pagamentos pelas toras oriundas de manejo florestal como algo associado a uma forma específica de conduzir a exploração florestal. Porém, essa percepção limita-se ao percentual menor de associados que acompanham mais proximamente o projeto. A maioria dos recipientes do pagamento o associa ao mero fato de estarem na relação de beneficiários do INCRA.

No caso da AGROECO, a substituição da pastagem por um sistema agroflorestal foi, sobretudo, um manifesto político contra os fazendeiros. Os participantes não vislumbram, todavia, um pagamento pelos produtos, ainda menos um pagamento diferenciado por nele estar embutido o valor de um SA. Entretanto, a experiência no lote 55, do PDS Esperança, mostrou potencial de gerar resultados positivos a meios de vida locais, desde que investimentos específicos e consolidados para recuperação de áreas degradadas e de diversificação da lavoura do cacau sejam aplicados, garantindo o abandono do uso de agrotóxicos e de dependência de trabalhos externos em fazendas na região.

Em resumo, as abordagens ainda não apresentam diferenças significativas em relação a seus efeitos em termos de governança, meios de vida e impactos sociais. No entanto,

uma diferença notável em todos os casos encontra-se naqueles participantes que, enquanto grupo, associam suas atividades a um processo de politização, ou seja, a um processo de transformação nas relações de poder. Nos quatro casos, em termos de governança, entrevistados manifestaram uma preponderância da questão ambiental, um autoritarismo verde, definindo formas corretas e incorretas de produção, sanções e restrições. Porém, entre eles, sobressaem participantes que, embora reconhecendo o autoritarismo verde, fazem de suas atividades uma alavanca para revertê-lo. Portanto, a distinção não se encontra nem entre abordagens, nem entre casos, mas dentro de cada caso, entre aqueles que continuam em subordinação e aqueles que, por suas trajetórias sociais, conseguem afrontar as limitações impostas pelas autoridades. Estes últimos, a despeito das dificuldades dos aspectos econômicos, assumem uma atitude política, propondo-se a construir coletivamente novas formas de relação com os recursos sociais e naturais.

A abordagem de “PSA de conservação”, proposta por especialistas para a Amazônia brasileira, não se mostra adequada para replicação em experiências no contexto do campesinato de fronteira, na região da Transamazônica. As demais abordagens mostram-se mais adequadas em seus propósitos de aliar a conservação ambiental com produção sustentável, desde que o acesso aos recursos financeiros e de capital humano se consolide em projetos com perspectivas de longo prazo.

5. REFERÊNCIAS

- Bartels, W.-L. 2009. Participatory land use planning in the Brazilian Amazon: creating learning networks among farmers, Non-Governmental Organizations, and government institutions. Tese de Doutorado, Universidade da Flórida, EUA.
- Barth, S. 2009. Produção, certificação e comercialização de cacau orgânico no estado do Pará. *Simpósio Internacional Cacau e Sustentabilidade no Sul da Bahia*, 1:1-7.
- Bennett, D., e H. Gosnell. 2015. Integrating multiple perspectives on payments for ecosystem services through a social-ecological systems framework. *Ecological Economics* 116:172-181. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2015.04.019>.
- Bond, I., M. Grieg-Gran, P. Hazlewood, S. Wunder, e A. Angelsen. 2009. *Incentives to sustain forest ecosystem services. A review and lessons for REDD*. London, UK: International Institute for Environment and Development; Bogor, Indonesia: CIFOR; Washington D.C., USA: World Resources Institute.
- Brasil. 2008. Decreto n. 6.527, de 1º de agosto de 2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. *Diário Oficial da União*, 4 ago. 2008.
- Brasil. 2012. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. *Diário Oficial da União*, 28 maio 2012. Seção 1, p. 1.
- Bringel, F. O. 2014. Territorialização camponesa e fronteira agrária – o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança em Anapu – Pará – Brasil. *Boletim Gaúcho de Geografia* 41(2):384-403.
- Brookfield, H., H. Parsons, e M. Brookfield. 2003. *Agrodiversity: learning from farmers across the world*. Tokyo: United Nations University Press.
- Brussaard, L., P. Caron, B. Campbell, L. Lipper, S. Mainka, R. Rabbinge, D. Babin, e M. Pulleman. 2010. Reconciling biodiversity conservation and food security: scientific challenges for a new agriculture. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 2(1-2):34-42. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2010.03.007>.
- Castro, E. 2005. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* 8(2):5-39. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i2.51>.
- Chappell, M. J., e L. A. Lavallo. 2011. Food security and biodiversity: can we have both? An agroecological analysis. *Agriculture and Human Values* 28(1):3-26. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-009-9251-4>.
- Escobar, A. 2010. *Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Programa Democracia y Transformación Global (Perú) Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima (Perú). Disponível em: <https://opsur.files.wordpress.com/2010/11/escobar-2010-unaminga.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

- Ferraro, P., e A. Kiss. 2002. Direct payments to conserve biodiversity. *Science* 298(5599):1718-1719. DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.1078104>.
- Ferreira Neto, P. S. 2008. *Avaliação do Proambiente: Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural*. Brasília: MMA. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_proambiente/_arquivos/33_05122008040536.pdf. Acesso em: 31 jul. 2016.
- Folhes, R., O. Canto, P. Léna, e R. Bastos. 2016. Conflitos fundiários e reforma agrária na Amazônia: experiência do PDS Esperança no município de Anapu. *Passages de Paris* 12:304-318.
- Grieg-Gran, M., I. T. Porras, e S. Wunder. 2005. How can market mechanisms for forest environmental services help the poor? Preliminary lessons from Latin America. *World Development* 33(9):1511-1527. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.05.002>.
- Hébette, J. 2004a. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 1 – Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento*. Belém: Edufpa.
- Hébette, J. 2004b. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 3 – Os grandes projetos. A questão ambiental: problemas e propostas*. Belém: Edufpa.
- Henchen, M. J. 2012. Processo de ambientalização da ação pública no território Xingu: as estratégias dos mediadores camponeses. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Hurtienne, T. 2005. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* 8(1):19-71.
- Iniesta-Arandia, I., M. García-Llorente, P. Aguilera, C. Montes, e B. Martín-López. 2014. Socio-cultural valuation of ecosystem services: uncovering the links between values, drivers of change, and human well-being. *Ecological Economics* 108:36-48. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.09.028>.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 1999. Portaria INCRA/P/n. 477. *Diário Oficial da União*, 4 nov. 1999.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2002a. Portaria INCRA/SR-01 (G)/n. 39. *Diário Oficial da União*, 13 nov. 2002.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2002b. Portaria INCRA n. 1.040. *Diário Oficial da União*, 11 nov. 2002.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2005. *Processo administrativo sobre o município de Anapu*. Posto de Atendimento do INCRA no município de Anapu. (Impresso).
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2010. Instrução Normativa INCRA n. 65 de 27/12/2010. *Diário Oficial da União*, n. 251, 31 dez. 2010. Seção I, p. 136.

- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). 2006. *A grilagem de terras públicas na Amazônia*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009114114.pdf. Acesso em: 31 jul. 2016.
- Martins, J. D. S. 1997. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec.
- Mendes, J., e N. M. Porro. 2015. Conflitos sociais em tempos de ambientalismo: direito vivo à terra em assentamentos com enfoque conservacionista. *Ambiente & Sociedade* 18(2):97-114. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEX06V1822015en>.
- Palmeira, M. 1989. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados* 3(7):87-108. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>.
- Porro, R., N. M. Porro, M. Menezes, e Ö. Bartholdson. 2015. Collective action and forest management: institutional challenges for the environmental agrarian reform in Anapu, Brazilian Amazon. *International Forestry Review* 17(s1):47-56. DOI: <https://doi.org/10.1505/146554815814668990>.
- Porro, R., N. M. Porro, O. D. S. Watrin, H. D. N. Assunção, e C. F. D. Santos Junior. 2018. Implicações sociais, econômicas e ambientais de uma iniciativa de manejo florestal comunitário em assentamento na Amazônia Oriental. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 56(4):623-644. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560405>.
- Rocha, C. G. S., e C. Barbosa. 2003. Altamira: recursos naturais e sociedade ameaçados pela ineficiência estatal, in *Municípios e gestão florestal na Amazônia*. Editado por F. Toni e D. Kaimowitz, pp. 65-103. Natal: A.S. Editores.
- Sachs, W. 1992. *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. New York: Zed Books Ltd.
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS). 2015. Instrução Normativa 08 de 28/10/2015. *Diário Oficial do Estado*, 33.003, 03 nov. 2015.
- Souza, A. P. 2006. O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Swift, M. J., A. M. N. Izac, e M. Van Noordwijk. 2004. Biodiversity and ecosystem services in agricultural landscapes-are we asking the right questions? *Agriculture, Ecosystems & Environment* 104(1):113-134. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.agee.2004.01.013>.
- Toni, F., e I. Ferreira. 2011. De quem é o carbono? Descentralização, recentralização e a implementação do REDD+ no Brasil, in *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Editado por S. Sauer e W. Almeida, pp. 381-410. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Treccani, G. 2010. *O título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade*. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/>

- Politica_Agraria/7TRECCANITitulodePosse.pdf. Acesso em: 7 fev. 2016. *área da Transamazônica*. 3. ed. Manaus: UEA Edições.
- Velho, O. G. 1974. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial.
- Wunder, S. 2005. Payments for environmental services: some nuts and bolts. *CIFOR Occasional Paper*(42):1-23.
- Velho, O. G. 2013. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa* Wunder, S., J. Börner, M. Tito, e L. Pereira. 2009. *Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Série Estudos 10.